

Desafios para os estudos de Comunicação e Raça no Brasil¹

Deivison Moacir Cezar de Campos²
Pontifícia Universidade Católica do RS

Resumo

O texto reflete sobre as dificuldades da pesquisa de Comunicação e Raça no Brasil. Para isso apresenta um conjunto de desafios a serem enfrentados por pesquisadores envolvidos no processo de institucionalização da discussão no Campo da Comunicação. Os movimentos ainda são incipientes, mas se mostram bastante produtivos. No entanto, há ainda uma série de questões a serem ainda superadas. O campo, no entanto, considerando seu locus na constituição do comum, possui uma oportunidade epistemológica de redescritção de processos (Sodré, 2015) o que pode ser produtivo no sentido de se pensar a sociedade em disputa com a branquitude.

Palavra-chave: Comunicação; Raça; desafios.

A branquitude, entendida como relação de poder de mais longa duração e que se atualiza através dos diversos colonialismos (Campos, 2023), constitui o principal desafio para o debate sobre raça fora da perspectiva hierarquizada. A relação de poder está na base da cultura Ocidental e se constitui numa construção simbólica que estabelece um discurso de verdade (Foucault, 2002), tendo na Filosofia grega, na Civilização romana e na Ética Judaio-Cristã seus principais articuladores. Mesmo se constituindo num roubo de legado (James, 1954; Diop, 1959) os princípios seguem reafirmados como verdade e como forma de vida.

Esses princípios, transpostos para a Europa a partir do processo de navegações, produziram o mundo euroreferenciado, com consequências epistemológicas, deontológicas e principalmente Ontológicas. Neste processo de ocupação do mundo, como se não existissem seres humanos nas áreas colonizadas, o perfil do navegador se estabelece como norma: homem, branco, hétero, jovem, com dinheiro, ou em busca dele.

A norma Ontológica do humano torna-se o principal desdobramento, pois todos que não atendem a todos os critérios do navegador são considerados menos humanos. Com isso, há um processo de desumanização dos considerados outros em relação a norma e a esses são relacionadas questões epistemológicas e deontológicas.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUCRS. E-mail: deivisondecampos@gmail.com.

Os desdobramentos deontológicos dão conta das formas de organização do comum. A Civilização Europeia torna-se a referência da maneira de existir, tendo o capitalismo como articulador do modo de produção. Com isso, todas as formas e tentativas que se diferem do discurso de verdade – incluindo aqui o mundo muçulmano, são considerados incivilizados. A ideia de “quem não é romano, bárbaro”, estende-se a todos que não aceitam de forma integral o modo de vida europeu.

Quanto ao epistemicídio (Cesàire, 2010), todas as formas de conhecer, incluindo a corporeidade e diferentes epistemologias, são consideradas formas não válidas de conhecimento, ou seja, desconsidera-se todas as outras culturas e define-se uma como verdadeira, bem como a forma de conhecer desta cultura como a correta, sendo erigida a partir dos princípios Cartesianos.

Com isso, compreende-se a recusa do outro e o processo de desumanização deste como um projeto. Neste sentido Cesàire (2010) entende que “uma civilização prestigiosa, abusou do seu prestígio para estabelecer o vazio em torno de si”. Essas barreiras simbólicas para o reconhecimento do outro estendem-se das formas de conhecer ao direito de existir.

Neste sentido, Gomes (2010) afirma que a ciência moderna se coloca como a única forma de conhecer e isso produz tensões com as formas de conhecer hegemônicas e legitimadas. Da mesma maneira, escreve que a permanência do mito da democracia racial e a ideia de que o racismo é um problema do negro são empecilhos ao debate da temática. Neste contexto, portanto, segundo a pesquisadora, a eficácia de propostas feitas por pesquisadores racializados que fujam a norma não dependem apenas da capacidade de formulação teórica e do domínio dos instrumentais acadêmicos, mas da capacidade de articulação interna e externa em contextos racializados e marcados por disputa de poder.

Outra questão a se pensar é como nossa área tem atendido a lei 10639/03 e 11645/08. Considerando que os pareceres obrigam o ensino da cultura e história afro, indígena e africana em todos os níveis de ensino e, ainda, o tema é tratado como transversal a todas as graduações, não se vê um movimento efetivo nos currículos dos cursos de comunicação no sentido de atender a lei (Neckel, Campos xxxx). A questão colocada é que a legislação, que obriga o país a falar de si, reintegra os considerados outro na esfera de visibilidade. Isso acaba sendo recusado pela branquitude.

Sem a devida atenção e conhecimento na formação básica e no ensino superior, os temas se tornam distantes e seguem num processo de invisibilidade – pelo

desconhecimento e silenciamento em nome da ideia de que todos são iguais, ou por processos de simplificação sobre as culturas negras e indígenas que são tratadas sem a complexidade que apresentam.

Outra questão é o processo de citação de autores – sem uma melhor compreensão dos contextos reflexivos e produtivos – muitos dos textos novidades de meio século, como Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento, sem o devido tensionamento epistemológico que os autores propõem. Outro movimento é o de usar questões afro, negras como tema analítico, ou seja, mantém a condição de objeto e algumas vezes objeto exótico. Desta maneira, observa-se o que o movimento que tem sido realizado principalmente por pesquisadores negros no campo e pesquisadores antirracistas, apesar de incipiente, atravessa um processo de institucionalização. O campo, no entanto, considerando seu locus na constituição do comum, possui uma oportunidade epistemológica de redescritção de processos (Sodré, 2015) o que pode ser produtivo no sentido de se pensar a sociedade em disputa com a branquitude.

Referências

Campos, Deivison. Revisionismo, separatismo e xenofobia: pensando a branquitude a partir do Rio Grande do Sul. 32º Encontro Anual da Compós, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 03 a 07 de julho de 202

Cesaire, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Editora Nandayala, 2010.

Diop, Cheikh Anta. A origem Africana das civilizações. Online. Disponível em <https://www2.unifap.br/neab/files/2018/05/Dr.-Cheikh-Anta-Diop-A-Origem-Africana-da-Civiliza%C3%A7%C3%A3o-ptbr-completo.pdf> Acesso em jun 2025.

Foucault, Michel. A ordem do discurso. Literatura Digital, 2002. Disponível em https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf Acesso em jun. 2025.

James, Jorge G. Monah. **Stoneal Legacy**. Nova York: Philosophical Library, 1954. Disponível em tradução em <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o-legado-roubado-george-g-m-james.pdf> Acesso em: jun.2022.

Neckel, Angelo Jorge; Campos, Deivison M. C. Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos cursos de Jornalismo do Rio Grande do Sul. Anais do II Copene

Sul, Curitiba, 2015. Disponível em <https://proceedings.science/copenesul/autores/angelo-jorge-neckel?tab=papers&lang=pt-br> Acesso em jun. 2025.

Sodré, Muniz. A ciência do Comum. Petropolis: Vozes, 2015.